

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.286.369 - CE (2018/0100095-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : **ESTADO DO CEARÁ**
PROCURADORE : **PEDRO LUCAS DE AMORIM LOMÔNACO E OUTRO(S) -**
S **CE020716**
RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA E OUTRO(S) - CE022029
AGRAVADO : **FRANCISCO CARLOS DE SOUSA - DEFENSOR DATIVO**
ADVOGADO : **FRANCISCO CARLOS DE SOUSA (EM CAUSA PRÓPRIA) -**
CE027845
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto pelo ESTADO DO CEARÁ contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça daquela entidade federativa que inadmitiu recurso especial interposto, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 364):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. RECURSO DO ESTADO DO CEARÁ. ATUAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO EM AÇÃO PENAL. ATRIBUIÇÃO DE HONORÁRIOS PELO JUIZ DO FEITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 263 DO CPP E ART. 22. §1º. DA LEI 1. 8.906/94 (ESTATUTO DA OAB). RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

Opostos embargos de declaração, o recurso foi desprovido.

Daí o recurso especial, no qual o recorrente alegou violação do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil e dos arts. 20, §§ 3º, *a* e *c*, e 4º, e 127, ambos do Código de Processo Civil. Argumentou que o Tribunal de origem olvidou-se em analisar a matéria relativa aos honorários devidos ao defensor dativo e, no ponto, afirma que o valor arbitrado não foi fixado com apreciação equitativa, já que desproporcional ao serviço prestado pelo causídico.

Inadmitido o apelo extremo, os autos chegaram a esta Corte por meio de agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Em primeiro lugar, quanto à alegada violação do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, verifico ser o caso de aplicação da Súmula n. 284/STF, já que o dispositivo correto a ser apontado seria o art. 619 do Código de Processo Penal, que trata das omissões tidas em decisões no processo penal.

De toda forma, ainda que se ultrapassasse tal óbice, no ponto, não seria mesmo o caso de prover a irresignação.

Isso porque o recorrente afirma que o Tribunal de origem deixou de analisar a matéria acerca do valor arbitrado para os honorários devidos ao defensor dativo. Apura-se, todavia, que o Tribunal tratou especificamente da questão, **consignando que os honorários pagos ao dativo tem por referência a tabela da OAB e que foram arbitrados em valor que respeitou a complexidade da causa e o serviço prestado pelo defensor dativo** (e-STJ fls. 367/369 e 385/386).

Assim, exaurido integralmente pelo Tribunal *a quo* o exame das questões trazidas à baila no recurso de apelação, dispensáveis quaisquer outros pronunciamentos supletivos, **mormente quando postulados apenas para atender ao inconformismo do ora recorrente que, por via transversa, tenta modificar a conclusão alcançada pelo acórdão**. Porém, a tal desiderato não se prestam os aclaratórios.

Outrossim, verifico do exame do excerto em tela, que um dos fundamentos em destaque – **que os honorários pagos ao dativo tem por referência a tabela da OAB** –, suficientes à manutenção do acórdão recorrido, não foram impugnados, de forma específica, nas razões recursais, sendo forçoso o reconhecimento do óbice da Súmula n. 283/STF ao caso.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 370, § 1º, DO CPP. (I) - ACÓRDÃO ASSENTADO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS ELES. SÚMULA 283/STF. (II) - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE

PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Verificando-se que o v. acórdão recorrido assentou seu entendimento em mais de um fundamento suficiente para manter o julgado, enquanto o recurso especial não abrangeu todos eles, aplica-se, na espécie, o enunciado 283 da Súmula do STF.

2. Segundo a legislação processual penal em vigor, é imprescindível quando se trata de nulidade de ato processual a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, o que não ocorreu na espécie.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1597699/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROGRESSÃO DE REGIME. NULIDADE DA DECISÃO DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA N. 283 DO STJ. NOVO EXAME DO APENADO POR MÉDICO PARTICULAR. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A falta de impugnação a fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a manutenção do decisum, justifica a aplicação da Súmula n. 283 do STJ.

2. Para afastar a conclusão motivada do acórdão estadual - desnecessidade de realização de novo exame criminológico por médico particular para fins de progressão de regime, porquanto o apenado não registra intercorrência em seu histórico carcerário e os "exames psicossociais realizados intramuros" são favoráveis a ele -, seria necessário o reexame de elementos fáticos e probatórios dos autos, providência inadmissível na via do recurso especial. Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 903.700/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 16/08/2016)

Ademais, ainda que assim não fosse, a análise da questão relativa à ocorrência ou não de apreciação equitativa pelo Tribunal de origem quanto à razoabilidade do valor arbitrado esbarraria na Súmula n. 7/STJ, já que infirmar o que foi atestado pela instância ordinária quanto à proporcionalidade entre a complexidade da causa e o serviço executado demandaria a incursão no material fático-probatório do feito.

Ante o exposto, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator